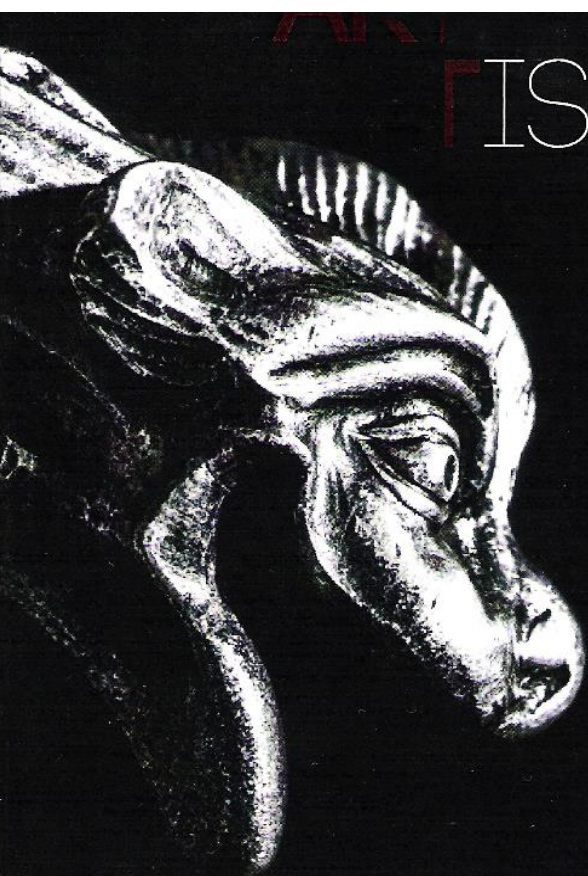


SANTOS, Joaquim Rodrigues dos. "«A Verdadeira Acrópole Sagrada de Lisboa e da Nação»: Sobre o Percurso de Readaptação, Reintegração e Reabilitação Patrimonial do Complexo Fortificado do Castelo de São Jorge". In: RODRIGUES, José Delgado (ed.). *De Viollet-le-Duc à Carta de Veneza: Teoria e Prática do Restauro no Espaço Ibero-Americano*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2014, pp.31-38.



FIS

INSTITUTO DE HISTÓRIA DA ARTE
FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA



LABORATÓRIO NACIONAL
DE ENGENHARIA CIVIL

DE VIOLLET-LE-DUC À CARTA DE VENEZA

TEORIA E PRÁTICA DO RESTAURO NO ESPAÇO IBERO-AMERICANO

DE VIOLLET-LE-DUC A LA CARTA DE VENEZIA

TEORÍA Y PRÁCTICA DE LA RESTAURACIÓN EN EL ESPACIO IBEROAMERICANO

LIVRO DE ATAS

LISBOA | LNEC 20-21 NOVEMBRO 2014



“A verdadeira acrópole sagrada de Lisboa e da Nação”: Sobre o percurso de readaptação, reintegração e reabilitação patrimonial do complexo fortificado do castelo de São Jorge

Joaquim Rodrigues dos Santos

*Doutor em Arquitectura, ARTIS | Instituto de História da Arte - Universidade de Lisboa,
Lisboa, Portugal, joaquimr.santos@gmail.com*

RESUMO: Pretende-se analisar o percurso patrimonial do complexo fortificado do castelo de São Jorge em Lisboa, nomeadamente o contexto no qual o conjunto edificado sofreu acções (e intenções) de adaptação funcional, o processo de aquisição de valor enquanto monumento nacional, as circunstâncias e condicionantes ideológicas em que se realizaram intervenções de reintegração, a geração de imagéticas culturais associadas ao castelo português, e mais recentemente a sua valorização de índole cultural, enquadrando devidamente esse percurso na realidade patrimonial portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: castelo de São Jorge; reabilitação patrimonial; instrumentalização ideológica; valorização cultural

INTRODUÇÃO

Apesar de recorrentemente referido nos variados estudos de índole patrimonial que ao longo do último século – e, em especial, nas últimas duas décadas – têm vindo a ser desenvolvidos, o complexo fortificado do castelo de São Jorge em Lisboa continua sem possuir um estudo monográfico suficientemente aprofundado que permita compreender de modo integrado e contínuo o seu percurso enquanto monumento patrimonial. De facto, na generalidade das vezes em que são abordadas as questões patrimoniais relativas ao castelo de São Jorge, o foco incide de modo parcial sobre um determinado período, um determinado autor ou uma determinada acção, sem que contudo se mencionem, mais do que concisamente, os antecedentes ou subseqüentes ao tema investigado nesse momento.

AS PRIMEIRAS PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO PATRIMONIAL

A perda da importância estratégica do castelo de São Jorge como elemento defensivo lisboeta, consequente ao advento da pirobalística e a que se sucedeu uma gradual decadência física motivada pela mudança do paço real para a zona ribeirinha do Tejo, predestinou a fortificação a um lento declínio, desvirtuação e, também devido ao terramoto de 1755, à ruína parcial do complexo fortificado, o qual chegou ao séc. XX num estado degradado e fortemente deturpado devido em muito ao seu sucessivo reaproveitamento para funções distintas das inicialmente previstas – por essa altura o castelo servia como aquartelamento militar cujas edificações ocultavam quase totalmente as estruturas medievais, e o restante espaço fortificado estava ocupado por edifícios públicos de forte impacto visual ou por construções habitacionais parcialmente degradadas e desordenadas.

Quando em 1908 foi apresentada pela empresa Lumiar & Carvalheira, cujos proprietários eram Rosendo Carvalheira e o conde de Paço do Lumiar, uma proposta para concretizar um plano de melhoramento do recinto amuralhado do castelo de São Jorge e respectiva

DE VIOLLET-LE-DUC A LA CARTA DE VENEZIA

TEORÍA Y PRÁCTICA DE LA RESTAURACIÓN EN EL ESPACIO IBEROAMERICANO

envolvente urbana, seguramente que não se possuía a noção plena da transcendência a vários níveis da sua intenção pioneira em Portugal¹. A proposta previa a desobstrução do castelo e da sua esplanada mediante a demolição de estruturas adicionadas ao longo dos tempos, reconstituindo-se depois o perfil das estruturas fortificadas (muralhas e torres com as suas ameias) e facultando o acesso dos visitantes ao monumento; como complemento, propôs-se também para o espaço urbano intramuros uma operação de reabilitação com características higienistas, nomeadamente a introdução de espaços ajardinados para actividades lúdicas. No entanto, o aspecto mais polémico era a construção de um conjunto de novos edifícios e espaços revivalistas acastelados na esplanada do castelo (inspirados nos castelos tardo-medievais franceses de Amboise, Blois, Ussé ou Villandry), onde se incluiria um *palace-hotel* monumental com pelo menos 600 camas, um casino com teatro, galerias para exposições e salões para conferências e concertos musicais, e ainda um conjunto de ascensores a partir de vários pontos baixos da cidade, para um melhor acesso ao complexo fortificado. O objectivo seria valorizar a cidade de Lisboa e o seu bairro mais antigo, ao mesmo tempo que se exploravam economicamente as suas potencialidades turísticas².

A enorme controvérsia que esta proposta radical gerou, acusada de entre outras coisas originar um brutal impacto urbano que transfiguraria a zona histórica, motivou a desistência por parte dos promotores. A polémica propiciou no entanto a intensificação do debate em torno do património arquitectónico, debatendo nomeadamente temáticas que eram de alguma maneira inovadoras no contexto patrimonial português. A readaptação do conjunto fortificado para funções hoteleiras e lúdicas configurava uma problemática associada à refuncionalização do património arquitectónico cujas funções originais se tinham perdido devido à obsolescência dos edifícios. No caso das fortificações medievais, as que não haviam sido remodeladas (por exemplo para residências aristocráticas, quartéis militares ou prisões) quedavam-se abandonadas. Por outro lado, a preservação de conjuntos arquitectónicos monumentais sem outra função que não a de serem museus de si mesmos, além de ser bastante dispendiosa para o erário público, não garantia a sua salvaguarda devido à ausência de uma efectiva função que implique a manutenção do edifício. A introdução de uma nova função completamente distinta da original, como a hoteleira proposta pela empresa Lumiar & Carvalheira, possuía implicações muito grandes para o destino do monumento. A sobrevivência prolongada dos edifícios geralmente está associada a uma utilização posterior que pode englobar funções distintas das originais, dado que edifícios menos aptos para readaptações tendem a desaparecer. Mas também a exploração económica de um monumento nacional público por parte de entidades privadas apresentava um conjunto de implicações éticas que até então não se haviam posto em Portugal.

Quanto à problemática associada à componente arquitectónica das novas estruturas inseridas no conjunto patrimonial, a polémica suscitada estava presente através das severas críticas que as propostas para o hotel e restantes edificações receberam, não só pela sua dimensão exagerada, como também pela linguagem revivalista acastelada que se pretendia utilizar. As novas construções, com influências provenientes de castelos estrangeiros e cujo hibridismo se apresentava descontextualizado relativamente ao panorama português (“essa adaptação caprichosa e ilógica das ardósias pontiagudas do norte que havia começado há poucos anos pela epidemia bucólica do *chalet*”), foram também alvo de dura censura, já que o seu brutal impacto visual desfiguraria a zona histórica de Lisboa, encimada por um “colossal *abajur* de tristeza e de sombra”³. De facto, as relações visuais entre os monumentos e as suas envolventes próximas começavam a ser cada vez mais considerados uma forma de valorizar os próprios monumentos. Prenunciando as preocupações patrimoniais com conjuntos

urbanos, além da demolição das estruturas “parasitárias” em torno do castelo com a intenção de o libertar visualmente e monumentalizar mediante um cinturão ajardinado, a proposta da empresa Lumiar & Carvalheira incluía também uma intervenção de reabilitação urbana para o conjunto edificado intramuros, propondo algumas medidas higienistas em conjugação com a conservação do ambiente pitoresco que valorizaria o próprio castelo⁴.

O REGIME DITATORIAL E AS INTERVENÇÕES IDEOLÓGICAS

Havia sido ainda durante o séc. XIX, época romântica da criação das nacionalidades, que os castelos medievais começaram a constituir-se como elementos fundamentais para a construção da identidade nacional portuguesa, convertendo-se gradualmente num venerado símbolo nacional ao terem assumido papel de testemunhas privilegiados do nascimento e formação da pátria. Pouco a pouco, a imagem ideológica do primeiro rei português erguendo a sua espada com o castelo de São Mamede em Guimarães como imagem de fundo, começou a enraizar-se profundamente na memória do povo português, associando o castelo aos grandes símbolos da identidade nacional. O ponto culminante da devoção pelos castelos medievais teve lugar durante o regime ditatorial do Estado Novo (1933-1974), que os explorou ideologicamente como heróis nacionais. Os monumentos arquitectónicos foram personificados pelo Estado Novo como testemunhas sublimes e plenas de memórias que recordavam eventos históricos gloriosos e manifestações de heroísmo patriótico dos antepassados. Associando-os sistematicamente a personagens vivas de um Passado ilustre, facilitava-se a retenção das mensagens ideológicas colectivas pelo povo português, ao mesmo tempo que a sua efabulação propiciava uma manipulação dos materiais componentes da história, tradição e cultura portuguesas, onde também se incluíam os monumentos⁵.

A apropriação dos castelos medievais como símbolos nacionais quase divinizados alcançou o seu culminar durante a ditadura, a qual promoveu um conjunto de intervenções sobre eles com intuito de fortalecer ideologicamente a posição do regime⁶. De facto, o êxtase ideológico do Estado Novo foram as comemorações do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração da Independência de Portugal, promovidas pelo regime em 1940 e que o mitificariam associando-o a esses gloriosos acontecimentos da história portuguesa com altíssima carga simbólica na memória popular nacional: “o ano do nascimento, o ano do renascimento e o ano apoteótico do ressurgimento”⁷. Como parte fundamental das festividades, determinou-se a reintegração do castelo de São Jorge em Lisboa, que para Oliveira Salazar “deve dominar espiritualmente o País, deve ser a acrópole sagrada, o lugar eleito das peregrinações patrióticas”⁸. Esta intervenção foi das mais emblemáticas e controversas efectuadas pela DGEMN. A comissão formada no âmbito do programa de intervenção era presidida pelo engenheiro Henrique Gomes da Silva, director-geral da DGEMN, figurando também o arquitecto Baltazar da Silva Castro, o olisipógrafo António Vieira da Silva e o arqueólogo Gustavo de Matos Sequeira⁹.

Antes da intervenção, o castelo de São Jorge era dificilmente visível por se encontrar oculto por edifícios “parasitários” (quartel militar, observatório, prédios, armazéns, etc.) que se haviam anexado ao longo dos tempos. A intervenção da DGEMN pretendeu resgatar a imagem medieval do castelo, concedendo-lhe um perfil fortificado dominando visualmente a cidade de Lisboa. Nesse sentido, efectuaram-se diversas operações: amplas demolições de edifícios considerados excrescências, possibilitando a desobstrução visual do castelo; remoção de entulhos com objectivo de rebaixar o nível do solo e desobstruir o fosso e as cisternas; consolidação estrutural, recorrendo também ao apeio e reconstrução de muralhas e torres; reconstituição dos adarves e coroamento de ameias; reconstrução parcial de algumas

torres e muralhas; e construção do telhado de uma das torres e de escadas de acesso aos adarves, entre outras acções¹⁰. Para permitir a percepção do castelo desde a cidade, procedeu-se depois à recomposição da sua envolvente, estruturando um espaço verde que permitia exibir a fortificação isolada e dominante visualmente¹¹. Apesar de em 1944 se terem realizado operações de ajardinamento, devido à proximidade das celebrações do Oitavo Centenário da Tomada de Lisboa (1947), somente em 1959 foi elaborado com maior consistência o projecto paisagístico, por Gonçalo Ribeiro Telles e Pulido Garcia.

Terminada a reintegração do castelo de São Jorge, este não só apresentava mudanças radicais relativamente ao seu estado anterior à intervenção, mas também se afastava substancialmente das várias representações iconográficas do castelo que foram sendo elaboradas ao longo dos tempos. Comparando as diversas obras iconográficas com o resultado da DGEMN, pode-se perceber uma significativa diferença entre ambos (com destaque para uma constante que desapareceu depois da reintegração: a existência de telhados de grande pendente), o que permite deduzir que os técnicos da DGEMN renunciaram deliberadamente ao restabelecimento do perfil apresentado iconograficamente, apesar de terem conhecimento destas fontes filológicas. As opções tomadas pela DGEMN foram seguramente condicionadas pela existência de uma imagética cultural que estabeleceu decisivamente os enquadramentos formais e visuais da intervenção: mais do que resgatar a forma pristina da fortificação, o objectivo foi reconstituir um perfil imagético congruente com a imagem cultural do “castelo medieval português”, que se consideraria o mais adequado para a “acrópole da nação”¹². O castelo de São Jorge converteu-se num “avatar” do castelo de São Mamede em Guimarães, símbolo nacional que encarnava o perfil idealizado do castelo português. Nesse sentido, o castelo lisboeta adquiriu uma imagem intemporal que poderá nunca ter existido.

Não é por isso surpreendente que a polémica reintegração do castelo de São Jorge – e, por acréscimo, a própria actuação da DGEMN – tenha começado a ser criticada dentro dos meios patrimoniais e inclusivamente no seio da própria DGEMN. Às críticas feitas em 1949 pelo deputado Manuel Mendes, que ironicamente referia as práticas da DGEMN nos castelos como sendo “compor ameias em castelos como dentes em dentaduras”¹³ – e a sarcasmos, como o de que “o castelo ressuscitou das cinzas como uma Fénix, pronto a combater mouros e castelhanos” ou “se Martim Moniz regressasse à vida, não reconheceria o castelo onde morreu entalado” –, Gomes da Silva respondeu duramente através de dois textos seus, onde insistentemente mencionava a intervenção no castelo de São Jorge como paradigmática do sucesso da DGEMN. Mais do que “um brinquedo construtivo ou um edifício novo”, o castelo de São Jorge sempre ali estivera, obstruído por construções (“excrecências parasitárias”) sem valor que a DGEMN se limitara a demolir, reparando o monumento das mutilações sofridas e reintegrando a sua beleza primitiva sem acrescentar nada de novo¹⁴. Mas o tempo das intervenções gloriosas da DGEMN estava então prestes a terminar¹⁵.

AS RECENTES INTERVENÇÕES DE ÍNDOLE CULTURAL

O conjunto fortificado lisboeta havia assim chegado aos finais séc. XX de algum modo dissociado entre as suas partes principais: o castelo monumentalizado mas vazio de funções, os espaços convertidos em jardins pitorescos com vistas privilegiadas sobre a cidade e onde a vegetação se mesclava com estruturas vetustas e ruínas romantizadas, e a área urbana intramuros com um parque habitacional ainda algo degradado. Com o alvorecer do nosso século assiste-se à implementação de um programa de valorização e revitalização do castelo

DE VIOLLET-LE-DUC À CARTA DE VENEZA

TEORIA E PRÁTICA DO RESTAURO NO ESPAÇO IBERO-AMERICANO

de São Jorge e de alguns edifícios remanescentes do antigo paço real, introduzindo novas actividades de índole cultural e voltadas para o turismo, rentabilizando assim o património para auxílio à sua manutenção¹⁶.

Nesse sentido, seguindo o projecto de João Seabra Gomes, instalou-se na torre de Ulisses (a maior do castelo de São Jorge) uma câmara escura que, mediante um periscópio, permite ter uma visão panorâmica sobre Lisboa, recuperando um pouco do espírito medieval da torre como ponto privilegiado de observação¹⁷. A introdução das novas tecnologias multimédia encontra-se também patente na reabilitação do conjunto constituído pelas salas Ogival, das Colunas e da Cisterna, bem como das antigas prisões (complexo ainda com vestígios do antigo Paço da Alcáçova). A intervenção, projectada por Rui Pimentel e Luís Casal Ribeiro, permitiu instalar nesse conjunto o Olisipónia - Centro de Interpretação da Cidade de Lisboa que, mediante o recurso a meios audiovisuais, transmitia aos visitantes informações sobre a história de Lisboa. A intervenção compreendeu a remoção de elementos dissonantes relacionados com intervenções anteriores, a consolidação e reparação das estruturas existentes, e a remodelação dos espaços para adequação à nova função expositiva com equipamentos tecnológicos multimédia. Além da linguagem arquitectónica e materiais construtivos contemporâneos, a intervenção pretendeu assumir um carácter efémero, estando os vários equipamentos apoiados em estruturas metálicas independentes da preexistência¹⁸.

Para um espaço próximo ao castelo onde foi descoberto um conjunto de vestígios arqueológicos que englobavam um amplo período temporal, Carrilho da Graça projectou, em colaboração com João Gomes da Silva, o Núcleo Arqueológico de São Jorge. A intervenção tentou limitar a intrusão dos elementos novos que, no entanto, eram necessários para preservar os vestígios existentes. Nesse sentido, o espaço arqueológico foi delimitado por um muro de aço patinado que define uma espécie de balcão de observação a um nível superior, permitindo a percepção do espaço musealizado de forma cenográfica, com elementos plásticos que assumiam integralmente a sua contemporaneidade em combinação com as preexistências. Caminhando por pavimentos toscos de terra prensada, os visitantes podem deambular entre as fundações de vários edifícios arruinados e das novas estruturas erigidas que protegem áreas mais sensíveis. Também foi reconstituída de maneira abstracta a volumetria de duas casas islâmicas sem contudo as mimetizar, interpretando a espacialidade interna e a volumetria externa dos primitivos edifícios construídos em torno de pátios. A matriz planimétrica das ruínas arqueológicas foi projectada verticalmente, sem fenestração nos planos parietais; a luminosidade interior é potenciada através de coberturas translúcidas que filtram a luz zenital. O grande volume branco e aparentemente hermético sustenta-se com pilares de aço em somente seis pontos específicos, evitando interferir com as reminiscências arqueológicas, onde os planos verticais não tocam nas fundações preexistentes, aparentando estar suspensas sobre elas. A intervenção assume um carácter efémero, onde os volumes aparentam ser como maquetas.

Mas também se assistiu a um novo direccionamento das acções de salvaguarda patrimonial, mais dirigidas para o tecido urbano intramuros do Bairro do Castelo: o lançamento do Urbana dos Bairros Históricos da Câmara Municipal de Lisboa, promoveu a recuperação do património construído e a melhoria das suas condições de habitabilidade e acessibilidade (modernização das redes de infra-estruturas e equipamentos públicos, reabilitação de edifícios degradados, melhoramento dos espaços públicos), procurando ainda a manutenção das populações locais e a reanimação da actividade sócio-económica tradicional em conjugação com as potencialidades geradas pela indústria turística (comércio, hotelaria, restauração e equipamentos culturais, além da valorização patrimonial)¹⁹. O PIC pretende,

através da sua acção, unificar as três áreas do conjunto fortificado (área monumentalizada, área ajardinada e área habitacional) num único complexo patrimonial, com diferenças entre si mas coerente no seu todo²⁰.

CONCLUSÃO

O percurso patrimonial do complexo fortificado do castelo de São Jorge em Lisboa apresenta uma extraordinária riqueza no seu todo. De facto, é possível vislumbrar nesse percurso toda uma série de problemáticas e procedimentos – muitos deles inovadores e mesmo paradigmáticos – que se sucederam ao longo dos tempos e que reflectem quer ideologias e práticas patrimoniais, quer políticas, quer sociais ou ainda económicas, que na grande maioria dos casos espelham inclusivamente o que se passa no país: desde a obsolescência funcional e abandono ou readaptação (não programada) para novas funções, passando pelas intenções de exploração económica (por via hoteleira ou outras), pela sua exploração enquanto instrumento ideológico – a denominada "Acrópole Sagrada da Nação", por Salazar e Duarte Pacheco –, pela evolução de todo o processo de reintegração do castelo mas também, mais tarde, da própria envolvente urbana, até se chegar às recentes intervenções de musealização e valorização cultural, algumas delas reconhecidas e internacionalmente premiadas.

¹ Dois anos antes Fialho de Almeida havia proposto a construção de “um novo Paço da Alcáçova” que fosse “ofuscante como um gigantesco solar de policromias e de rendas, ferro e cobre dourado, faiança e mármore branco coroando com brilho a cidade” e “uma maravilha de elegância e de riqueza, com torres, cúpulas, eirados, galerias abertas, varandins, extensas esplanadas”, sendo a colina revestida com ciprestes e introduzindo-se elevadores ligando a baixa da cidade à zona do castelo; o novo edifício na esplanada do castelo albergaria um casino, restaurante, hotel, circo, velódromo, teatro de ópera, sala de concertos e biblioteca [ALMEIDA, F. – *Lisboa Monumental*. Ilustração Portuguesa, nº 36 (II série), 29 de Outubro de 1906, pp. 404-405]. Fialho de Almeida defendia ainda o derrube do Bairro do Castelo (e outros bairros históricos), “redutos infames da tuberculose implacável” que os “arqueólogos piegas defendiam” e “donde se sai enojado da porcaria das ruas, da arquitectura insonsa e da irremissível anti-higiene daquele imundo gueto onde pulula a ralé” [ALMEIDA, F. – *Lisboa Monumental*. Ilustração Portuguesa, nº 39 (II série), 19 de Novembro de 1906, p. 503].

² Conferir: *Um projecto grandioso: O futuro do castello de S. Jorge*. Diário de Notícias, nº 15294, 18 de Junho de 1908; *Um projecto grandioso: Transformação do castello de S. Jorge – Um hotel monumental substituindo os esboroados casebres*. O Século, nº 9517, 18 de Junho de 1908; *Monumentos nacionaes: O castello de S. Jorge*. O Século, nº 9556, 27 de Julho de 1908; *Lisboa moderna: Palestra com os srs. Conde do Paço do Lumiar e Rosendo Carvalheira*. O Dia, nº 2483, 20 de Junho de 1908.

³ *Um projecto grandioso*. Diário de Notícias, nº 15298, 22 de Junho de 1908.

⁴ De referir que em 1922 a empresa Feliciano Tomé & Cia. propôs um projecto similar ao da empresa Lumiar & Carvalheira, que no entanto também não avançou [SILVA, A.V. – *O castelo de S. Jorge em Lisboa: Estudo histórico-descritivo*. Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1937, pp. 164-165].

⁵ Sobre as intervenções em monumentos arquitectónicos durante o Estado Novo, ver: TOMÉ, M. – *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. FAUP Publicações, Porto, 2002; NETO, M.J. – *Memória, propaganda e poder: O restauro dos monumentos nacionais (1929-1960)*. FAUP Publicações, Porto, 2001.

⁶ Sobre as intervenções em castelos medievais durante o Estado Novo, ver: SANTOS, J.R. – *Anamnesis del castillo como bien patrimonial: Construcción de la imagen, forma y (re)funcionalización en la rehabilitación de fortificaciones medievales en Portugal*. Texto policopiado (dissertação de doutoramento na Universidade de Alcalá), Alcalá de Henares, 2011; FERNANDES, I.C. – *La restauración de los castillos de Portugal (Años 30-60 del siglo XX)*. Actas do Simpósio de Arquitectura Fortificada: ‘Conservación, Restauración y Uso de los Castillos’, Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, 2005, pp.157-194; BUCHO, D. – *Herança cultural e práticas de restauro arquitectónico durante o Estado Novo (Intervenção nas fortificações do distrito de Portalegre)*. Texto policopiado (dissertação de doutoramento na Universidade de Évora), Évora, 2000.

⁷ FERRO, A. – *Carta Aberta aos Portugueses de 1940*. Revista dos Centenários, nº 1, 31 de Janeiro de 1939, p. 19.

⁸ SALAZAR, A.O. – *Nota Oficiosa da Presidência do Conselho*. Revista dos Centenários, nº 1, vol. 1, Comissão Nacional dos Centenários, 1939, p. 4.

⁹ Matos Sequeira elaborou em 1938 um relatório que abordava problemáticas relacionadas com a intervenção no castelo de São Jorge, mas extensíveis a outras intervenções similares, como por exemplo aspectos jurídicos relacionadas com expropriação para utilidade pública, legislação urbanística específica, planos urbanos de pormenor, investigação filológica, condenação de fantasias e aperfeiçoamentos em intervenções, isolamento de monumentos, apeio e reconstrução de estruturas, acessibilidades, embelezamento urbano, função museológica e cultural, etc. [SEQUEIRA, G.M. – *Em que se toca o problema da reintegração e da dignificação projectada do castelo de S. Jorge*. Documento tipografado, arquivos do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (colecção da DGEMN, pasta ‘Castelo de São Jorge - Lisboa’), 08 de Abril de 1938].

¹⁰ *As obras de restauração*. Boletim da DGEMN, nº 25-26 (Castelo de S. Jorge), Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Setembro e Dezembro de 1941, pp. 35-39.

¹¹ Exemplificando com o castelo de São Jorge, Augusto Frazão Etur elaborou em 1940 um documento abordando a problemática dos enquadramentos naturais das colinas onde se implantavam castelos medievais, propondo a manutenção da vegetação natural e uma judiciosa composição arbórea, complementado com a edificação de muros de contenção de terras construídos em pedra e com coroamento ameaado de aspecto tosco, e de caminhos com calçada romana em torno da fortificação [ETUR, A. F. – (*Carta sobre a problemática dos enquadramentos naturais de colinas onde se implantam castelos medievais*). Documento tipografado, arquivos do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (colecção da DGEMN, pasta ‘Castelo de São Jorge - Lisboa’), 1940].

¹² O principal responsável pela génese da imagem cultural terá sido Alexandre Herculano: no seu romance histórico *O Bobo* (1843), Herculano elevou o castelo de São Mamede em Guimarães à categoria de personagem privilegiado de uma trama que envolvia um dos eventos mais importantes para a formação de Portugal, a batalha de São Mamede, personificando nele as virtudes do povo português, mitificando-o como o “berço da nação” e tornando-o um símbolo pátrio. A descrição de algum modo idealizada que fez do castelo, assim como a descrição genérica que fez dos castelos medievais portugueses em dois textos seus – considerados os primeiros de índole castelológica –, atribuindo-lhes uma imagem formal estabilizada que omitia o processo evolutivo e especificidades próprias (e que correspondiam ao perfil do castelo de São Mamede), gerou um protótipo cultural de “castelo português” que foi sendo depois insistentemente repetido. Sobre este tema, ver: SANTOS, J.R. – *«Este antigo castelo tinha recordações de glória...»: A imagem do castelo medieval na imprensa periódica ilustrada em Portugal no século XIX*. Texto policopiado (tese de mestrado na Universidade de Coimbra), Coimbra, 2007.

¹³ MENDES, M. – *Explicações necessárias, em resposta ao Senhor Ministro das Obras Públicas*. República, 13 de Janeiro de 1949, p. 1.

¹⁴ SILVA, H.G. – *A reintegração dos monumentos*. Boletim da DGEMN, nº 24 (A Igreja Matriz da Atalaia), Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Junho de 1941, pp. I-XIV; SILVA, H.G. – *Com a obra realizada nos monumentos nacionais elevou-se muito alto o nível da nossa cultura*. Diário Popular, nº 2275, 29 de Janeiro de 1949, pp. 1 e 5.

¹⁵ Durante a intervenção no Castelo foi encontrado o embasamento e alguns vestígios da capela real do Paço da Alcáçova; face à proposta para a sua reconstrução, em 1948 o arquitecto João Vaz Martins, técnico da DGEMN, considerou tal pretensão irrealizável por falta de elementos filológicos suficientes e porque não seria tolerável a reconstrução por comparação analógica [MARTINS, J.V. – (*Ofício contestando a proposta para a reconstrução da capela real do antigo Paço da Alcáçova de Lisboa*). Documento tipografado, arquivos do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (colecção da DGEMN, pasta ‘Castelo de São Jorge - Lisboa’), 12 de Abril de 1948].

¹⁶ A proposta para introduzir funções culturais no castelo é no entanto bastante anterior: por exemplo, António Vieira da Silva considerava preferível conceder ao castelo uma função museológica de índole arqueológica ou armaria [SILVA, A.V. – *O castello de S. Jorge em Lisboa*. Os Serões, nº 42, Dezembro de 1908, p. 395]. Em 1940 Jorge Larcher propôs instalar no castelo um museu de armaria que albergaria armas militares (reais ou réplicas) utilizadas pelos portugueses e cruzados durante a conquista de Lisboa aos muçulmanos [LARCHER, J.N. – *A conservação dos castelos e a sua adaptação a museus regionais e de armaria: O que seria a do castelo de S. Jorge*. Actas do Congresso do Mundo Português, vol. 2, Comissão Executiva dos Centenários, 1940, pp. 727-739].

¹⁷ As intervenções efectuadas dentro do Castelo contemplaram também diversas operações de valorização dos espaços exteriores que permitiriam uma utilização como áreas de contemplação, lazer ou para actividades culturais (eventos musicais, teatrais ou outros). Raul Cerejeiro propôs um conjunto de acções de requalificação como a inserção de uma nova ponte sobre o fosso, a reformulação do Pátio dos Corvos, e a introdução de instalações sanitárias semi-enterradas no Jardim das Laranjeiras. Num espaço livre adjacente à muralha junto à Porta de São Jorge incluiu-se cuidadosamente, segundo projecto de Victor Mestre, as bilheteiras e um centro interpretativo dedicado ao antigo caminho da ronda. A edificação compõe-se por um volume paralelepípedo com cobertura metálica, sendo as paredes compostas por painéis envidraçados parcialmente revestidos com ripas verticais de madeira que filtram a luz; quanto ao caminho da ronda, o adarve visitável foi coberto por um passadiço metálico revestido com pedra e grelha metálica, de modo a preservar o pavimento original da muralha.

¹⁸ Entre os recursos tecnológicos multimédia destacavam-se uma maquete tridimensional onde se projectavam informações sobre a evolução de Lisboa, complementada por projecções num monitor frontal sobre a parede; e a introdução de um quadrosópio constituído por um *videowall* que permitia produzir um espectáculo audiovisual sobre a cidade de Lisboa durante os Descobrimentos.

¹⁹ O PIC teria tido como antecessores os programas associados à Comissão de Estudo e Coordenação das Obras a Realizar no Castelo de S. Jorge, surgida em meados do séc. XX, bem como à Comissão Executiva da Valorização e Conservação do Carácter Tradicional e Secular do Bairro de Alfama, criada em 1959 por António Veloso Reis Camelo, e ainda ao Plano de Valorização e Conservação de Alfama, sob a direcção de João Vaz Martins. As diversas acções realizadas no âmbito destas comissões motivaram a elaboração de um estudo sobre as unidades urbanas de carácter histórico-artístico de Lisboa, realizado entre 1968 e 1969 sob a supervisão de José-Augusto França e que originou a apresentação, em 1970, do Regulamento para a Salvaguarda do Património Artístico-Arquitectónico e Histórico dos Bairros Tradicionais de Lisboa.

²⁰ VIEIRA, C. (coord.) – *Reabilitação urbana: Um olhar sobre o castelo de São Jorge – século VII a.C. século XX*. Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 2001.